

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Andrea Fernandes de Sá
anddrea@gmail.com
Prefeitura Municipal de Campinas

Carolina Ricarte Teixeira
carol_ricarte@yahoo.com.br
Prefeitura Municipal de Campinas

Keissiane Santos Nazato
keissiane@gmail.com
Prefeitura Municipal de Campinas

RESUMO

O presente relato tem como objetivo compartilhar o trabalho da equipe de educação especial na EMEF Edson Luis Lima Souto, no município de Campinas, interior do estado de São Paulo, durante a pandemia de Covid-19, atendendo ao direito de todos à escolarização e, principalmente visando à aprendizagem integral e o exercício da cidadania. Para o trabalho, as estratégias e metodologias foram diversas, atendendo às especificidades dos sujeitos envolvidos e também as demandas da Secretaria Municipal de Educação. Entre as conclusões e resultados já observados, destaca-se a falta de envolvimento de alguns professores no que tange o planejamento e as práticas inclusivas, transparecendo que ainda existe a resistência de alguns membros do corpo docente quanto à aceitação das diferenças, tornando a inclusão unicamente responsabilidade da equipe de educação especial da escola e deixando a desejar a compreensão de que para uma efetiva inclusão escolar é preciso uma comunidade escolar reflexiva e preocupada com a qualidade do ensino e o desenvolvimento de todos os educandos.

Palavras-Chave: educação inclusiva; escolarização em tempos de pandemia; atendimento educacional especializado.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) promulgada em dezembro de 1996, aponta a educação especial como àquela oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades educacionais especiais, assegurando recursos educativos, bem como professores com especialização adequada e, como afirmado por Jannuzzi (2004), pensa a educação como contribuição essencial para a transformação social, dando ênfase à agência educativa, à ação da escola como transformadora da realidade.

Segundo a Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), a inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos.

A sociedade atual está sobre constante mudança e a pandemia do Covid-19 é uma delas, a qual nos traz diversos questionamentos sobre o aprender. Estamos diante de um cenário complicado, pois muitos estudantes não possuem condições de acesso ou mesmo familiaridade

com o meio digital. Contudo, a ideia é que o aprendizado não pare, mas se transforme de forma acessível a todos.

Não se trata de uma substituição da educação presencial pelo EAD, pois a educação básica possui características singulares que a torna necessariamente presencial, mas a EAD se tornou uma possibilidade diante da situação pandêmica em que vivemos.

Assim como a educação especial busca incluir o seu alunado nas aulas regulares, é preciso agora criar formas de comunicação e inclusão digital para os mesmos objetivos. Trata-se de utilizar as ferramentas on-line como facilitadoras do aprendizado, respeitando individualidades e realidades sociais.

Nesse sentido, cada atividade pensada, programada e encaminhada pelo grupo de professores regulares, deve apresentar, em parceria com as professoras de educação especial, acessibilidade para todos os alunos, possibilitando assim a compreensão do que é proposto e promovendo a participação, o respeito à diversidade e o direito à educação (acesso e permanência).

2. UNIVERSO DE ESTUDO

A EMEF/EJA Edson Luis Lima Souto fica localizada no município de Campinas, no bairro San Martin, em uma região marcada pela presença de grandes indústrias tanto do município de Campinas, quanto de Sumaré, já que se trata de uma região onde as duas cidades se misturam, não havendo uma divisão muito clara entre as cidades.

A comunidade local é bastante carente, vive do comércio, da indústria e do trabalho informal, pois se situa em uma área bastante desprovida de recursos e infraestrutura básica.

A base da proposta metodológica da instituição está nas diretrizes educacionais da Secretaria Municipal de Educação SME e na legislação educacional vigente. Sendo que recebe alunos do 1o ao 9o ano e EJA II.

Atualmente a escola atende a 25 alunos público alvo da educação especial, divididos em 3 períodos e com diagnósticos de Deficiência Intelectual, Visual, Auditiva e Múltipla, Síndrome de Down, Paralisia Cerebral e Transtorno do Espectro Autista.

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Inicialmente a implementação da educação especial na Secretaria Municipal de Educação de Campinas seguiu enfoques europeus e americanos, possuindo, assim, um sistema paralelo de ensino, as Escolas de Educação Especial, que eram instituições especializadas na educação geral ou profissional das pessoas deficientes. Isso perdurou até 1991, quando o Projeto Acesso e Permanência, deu novos rumos à educação especial no município, pretendendo garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos portadores de necessidades especiais matriculados na rede municipal de ensino, bem como a orientação aos professores.

Em 1994 as instituições especializadas passaram a receber professores comissionados pela secretaria para o atendimento desses alunos, dando-se a atuação da escola regular em realizar a identificação dos estudantes com necessidades educacionais especiais e realizar o devido encaminhamento para profissionais da saúde.

Somente em 2001, quando os professores de educação especial que atuavam nas entidades especializadas foram convocados à rede municipal de ensino, que a educação especial tomou de fato uma característica inclusiva e os professores de educação especial passaram a

pertencer ao quadro docente da escola, passando a assumir a responsabilidade de participar com toda a comunidade escolar da construção de uma escola democrática, exercendo além do magistério, acessória aos docentes em cujas classes estiverem matriculados alunos portadores de necessidades especiais e desenvolvendo um atendimento pedagógico com propostas voltadas para a dinâmica do cotidiano escolar, apoiando, complementando e suplementando o currículo escolar.

4. SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O Ministério da Educação criou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, por meio da Portaria nº13, de 24 de abril de 2007. As Salas de Recursos multifuncionais são espaços localizados nas escolas públicas regulares em ambientes com mobiliários, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos, para a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Esse atendimento é oferecido aos alunos público alvo da educação especial, sempre no contra turno da escola regular.

O Atendimento Educacional Especializado-AEE, é realizado pelo professor de Educação Especial com docência em AEE. A organização e administração destas salas são de responsabilidade da gestão escolar e do professor de Educação Especial alocado na sala.

Os alunos público alvo do AEE e da Educação Especial são:

- Estudantes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação e/ou estereotípias motoras. Fazem parte dessa definição estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista), síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância;
- Estudantes com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O objetivo do AEE é favorecer e oferecer ao aluno público alvo da educação especial, o uso de recursos de acessibilidade por meio de tecnologias, estratégias e recursos pedagógicos que se fazem importante para favorecer a aprendizagem na escola e na vida. O AEE visa o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial, e tem como função, conforme orientações da Coordenadoria de Educação Básica, identificar, elaborar, organizar e ensinar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado não são as mesmas das realizadas em sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização e não se caracterizando reforço escolar.

O atendimento ao aluno é realizado individualmente ou em pequenos grupos, sempre no contra turno à classe comum na rede regular de ensino. É realizada confecção de material pedagógico específico, quando necessário, para atender as necessidades de cada aluno. São realizadas reuniões com pais, professores da turma na qual o aluno está matriculado, professor

de educação especial da unidade escolar e outros profissionais que acompanham o aluno, quando necessário.

Vale ressaltar que o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais da Emef Edson Luis Lima Souto será realizado preferencialmente individual e não em pequenos grupos, pois a sala é pequena, sendo difícil a realização de atividades com mais de um aluno.

Para o atendimento na sala de recursos multifuncionais, é elaborado o PDI, plano de desenvolvimento individual do aluno, que consiste em identificar, elaborar, produzir e organizar recursos pedagógicos considerando as necessidades específicas dos alunos a serem atendidos. Fará parte do processo, elaborar e executar o plano de atendimento educacional especializado, avaliando sua funcionalidade e aplicabilidade.

A avaliação acontece de forma processual, que será registrada no plano de desenvolvimento individual (PDI) elaborado pelo professor de AEE em parceria com o professor do ensino regular, orientador pedagógico da escola e professor de educação especial.

A gestão financeira e a prestação de contas das verbas destinadas à Sala de Recursos Multifuncionais são de responsabilidade do diretor da escola. A sala de recursos recebe um recurso trimestral do Conta Escola, por meio do qual são adquiridos materiais pedagógicos, de escritório e outros que se fizerem necessário para o atendimento ao aluno. O planejamento do uso deste recurso será realizado junto com a direção e o orientador pedagógico, conforme as normas da escola.

No ano de 2020, a SRM da EMEF Edson Luis Lima Souto atende 16 alunos. Desses, 14 alunos frequentam a Unidade Escolar (UE) na qual se encontra a sala de recursos e 2 são de outra unidade escolar. Oito alunos estão matriculados no Fundamental I, do 1º ao 5º ano, e seis estão matriculados no Fundamental II, do 6º ao 9º ano.

5. O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DURANTE A PANDEMIA

No início do ano de 2020, quando o mundo foi surpreendido pelo aparecimento do vírus Covid-19, o qual gerou uma situação de Pandemia, o estado foi obrigado a criar decretos onde impedissem a aglomeração de pessoas, fechando assim locais públicos e privados, como escolas, bibliotecas, shoppings, comércios, etc., com o objetivo de garantir a saúde de todos e conter a proliferação do vírus.

Essa situação de pandemia, fez com que todas as escolas mudassem a maneira de se relacionar com os alunos, pois uma vez que estavam impossibilitadas de abrir, não haveria mais o contato presencial. Uma alternativa encontrada foi a educação no módulo EAD (ensino à distância), que já vem sendo muito utilizado em cursos e no ensino superior por várias faculdades.

Ministrar aulas no módulo EAD já é um grande desafio para o professor de sala regular que tem em sua grande maioria alunos ditos normais e para o professor de atendimento educacional especializado, esse desafio é ainda maior, pois cada aluno tem sua especificidade e suas limitações.

O entendimento dos alunos frente à essa nova modalidade também se tornou um desafio a ser superado, pois muitos se viram sozinhos em suas casas, sem o auxílio de um mediador capacitado para entender suas dificuldades e trabalhar de forma que o educando pudesse superá-las.

O maior desafio dos professores do atendimento educacional especializado é desenvolver atividades sem observar o comportamento dos alunos e suas interações

presencialmente, pois como relata ESTEBAN (2010), é fundamental para o atendimento educacional especializado:

...o atendimento educacional especializado trabalha com descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos que são observáveis, incorporando a voz dos participantes, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões, tal e qual são expressas por eles mesmos. (ESTEBAN, 2010, p.125)

Assistir aos educandos com necessidades especiais e proporcionar a inclusão, vai além de pensar e executar os conteúdos formais do currículo desenvolvido pelos professores de sala, para alguns educandos, é necessário adaptar os conteúdos formais e inseri-los como situações da vida cotidiana para que faça sentido o aprendizado para o aluno e não gere segregação do aluno com necessidades especiais.

Para o processo de ensino-aprendizagem, passamos a utilizar os meios de comunicação disponíveis. A Prefeitura Municipal de Campinas, que já estava fazendo uma parceria com a empresa *Google*, para ampliar as formas educacionais, prontamente disponibilizou para cada professor e para cada aluno um e-mail corporativo para acessar a plataforma. Aos professores, a prefeitura também disponibilizou um *chromebook*, um chip e modem para acesso à internet, pela TV Câmara, gerou com parcerias conteúdos educacionais e grande parte dos professores mantiveram contato com as famílias via aplicativos de mensagens, tudo para assegurar a permanência e o acesso de todos à educação, independentemente das classes sociais dos educandos.

Mesmo com todos os amparos da prefeitura municipal, dependia e depende muito dos professores assegurar o acesso aos alunos nesses tempos de pandemia, pois cada aluno vive uma situação econômica e social diferente. A heterogeneidade apresentada pelos alunos público-alvo da educação especial torna o trabalho ainda mais cuidadoso e individualizado do professor de educação especial, que por sua vez, tem que mediar e garantir a acessibilidade ao conteúdo desenvolvido pelos professores polivalentes, além de desenvolver conteúdos, como faria presencialmente na Sala de Recursos Multifuncionais, para entender como está o desenvolvimento do aluno assistido que frequenta a SRM.

A acessibilidade nesse período de ensino no módulo EAD, ainda é motivo de discussão pelo grupo de docentes da escola, pois ainda há aqueles que não aceitam algumas iniciativas desenvolvidas pela equipe de Educação Especial, como por exemplo, a leitura das atividades disponibilizadas semanalmente pelos professores.

Alguns professores polivalentes sugeriram o desenvolvimento de atividades diferenciadas para os alunos com necessidades educacionais especiais, o que foi prontamente impedido pelos profissionais da educação especial e pela gestão da escola, pois o importante nesse momento, é acolher e incluir os alunos para que todos sintam-se capazes de executar as atividades.

Uma das ações importantes tomadas pela equipe da educação especial da Emef Edson Luis Lima Souto, foi manter o vínculo com as famílias dos educandos, DORZIAT (2007) partia do pressuposto que as expectativas familiares poderiam contribuir para o desenvolvimento escolar do aluno como para a estagnação desse processo.

O auxílio das famílias nesse processo de adaptação e efetivação do ensino à distância, é de suma importância. Notamos a evolução contínua no desenvolvimento dos educandos inseridos em um ambiente familiar onde realizaram os auxílios desde as primeiras semanas, adaptando-se às novas rotinas e fazendo o papel de mediadores na construção do conhecimento dos alunos.

Em alguns casos, onde a família não tem acesso à tecnologia e dificuldades de acessos, vemos que os educandos não se desenvolveram tanto quanto teriam se desenvolvido frequentando as aulas regularmente na escola, pois apesar de ser necessário para o momento, o ensino EAD não supre a necessidade do ensino básico presencial.

Portanto, podemos dizer que os principais objetivos traçados e desenvolvidos pelos profissionais da equipe de educação especial da Emef Edson Luis Lima Souto são:

- Estudar as diversas possibilidades de uso dos conteúdos formais nas situações da vida cotidiana,
- Utilizar novos meios de informações no processo ensino-aprendizagem (rádio, televisão, imprensa escrita, internet, entre outros).
- Assegurar a permanência e o acesso de todos a educação.
- Compreender a situação vivenciada atualmente gerada pelo contexto de pandemia;
- Compreender as mudanças sociais e econômicas atuais
- Garantir a acessibilidade a escolarização e a inclusão, ainda que de maneira virtual
- Construir e manter vínculo com os alunos e familiares

6. O CONTATO COM OS ALUNOS DURANTE A PANDEMIA

Durante a pandemia uma das maiores dificuldades é manter o contato com os alunos atendidos pela equipe de educação especial, acompanhar o desenvolvimento e auxiliar na construção do conhecimento e na capacidade de introdução do aprendizado adquirido em seu cotidiano.

No dia-a-dia, acompanhando as aulas presenciais, os professores da equipe de educação especial conseguem ter a percepção, avaliar com base na convivência e no desenvolvimento, os educandos que precisam de atendimento especializado, solicitando encaminhamentos para diagnósticos de necessidades educacionais especiais, como deficiências físicas ou mentais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, mas como realizar essa identificação à distância?

Uma das alternativas encontradas, foi a participação dos professores da educação especial nos *meetings* (encontros) realizados pelos professores de sala com os alunos. Não são todos que comparecem, não conseguimos encaminhá-los para investigação na área da saúde, pois todos os centros de atendimentos estão voltados a conter a pandemia do Covid-19, mas estamos trabalhando em conjunto com os professores de sala para acompanhar com mais afinco a educação desses alunos que não possuem um laudo efetivo, mas que identificamos algumas dificuldades na construção do conhecimento.

7. CONCLUSÕES

As discussões envolvendo a educação inclusiva estão cada vez mais presentes nas escolas brasileiras e segundo Bazon (2011) indicam a necessidade de superação da exclusão, configurando-se como uma mudança de sociedade excludente para uma sociedade que busca a inclusão e o respeito às diferenças.

“há um ideal da prática pedagógica que, partilhado socialmente, é distinto para cada professor. Este ideal depende dos princípios que, para cada um, constitui o ponto de referência onde se configuram os parâmetros que orientam a prática. No entanto, há um confronto entre o que foi pensado e as condições concretas das interações na sala de aula. A ação do professor decorre, em parte, das suas intenções (que se formulam em certa medida, de acordo com ideal). Mas as condições concretas oferecem resistência (...)” (Smolka e Laplane, 1993, p. 80)

A escola tem trabalhado com o respeito às diferenças dos indivíduos, possibilitando, portanto a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no regime regular de ensino, no entanto, ainda é preciso se apropriar totalmente dessa visão e nela estabelecer a organização da prática escolar e pedagógica. Com a pandemia de Covid-19 e a suspensão das aulas presenciais novos obstáculos surgiram.

Todas as professoras da equipe de educação especial estão trabalhando arduamente para garantir aos alunos, que precisam de um atendimento especializado, a permanência e o acesso à educação, independentemente das suas condições físicas, psíquicas ou sociais, o objetivo é promover a inclusão, garantindo o desenvolvimento dos educandos e a educação de qualidade para todos.

8. REFERÊNCIAS

BAZON, F.V.M.. **A Parceria Entre Escola Especial e Regular no Contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. In: ZANATA, E.M. et al. (org) Formação.

BRASIL, Congresso Nacional (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394. Brasília/DF: Centro Gráfico.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Conferência de Jontiem, Tailândia. Unicef, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DORZIAT, Ana. *A família no contexto da educação escolar (2007)*. Disponível em: <<https://anped.org.br/sites/default/files/gt15-3171-int.pdf>> acesso em 26/09/2020.

ESTEBAN, M.P.S. **Pesquisa qualitativa em educação: Fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

JANNUZZI, Gilberta. **A Educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Programa de Educação Especial**. CAMPINAS, 1995.

SMOLKA, A. B.; LAPLANE, A. L. F. **O trabalho em sala de aula: teorias para quê?** Caderno ESE. Niterói: UFF, 1993.

RAPOLI, E.A., MANTOAN, M. T. E., SANTOS, M. T., MACHADO, R. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A Escola Comum Inclusiva.** Ministério Da Educação. Secretaria da Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.